



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PLANO DE ENSINO

Identificação

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO

Curso: ADMINISTRAÇÃO - MATUTINO/CAMPUS CUIABÁ

Nível: Graduação

Código: 20115733 Período: 20211 Turma: HM

Unidade Ofertante: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

Carga Horária Teórica: 64 horas Carga Horária Prática: 0 horas Carga Horária Campo: 0 horas Carga Horária Total: 64 horas

Tipo de Disciplina: OBRIGATÓRIO

Professor(a)(s):

- Alexandre Luis Cesar

Status: Homologado

Ementa

Definição e posição do Direito Administrativo entre as disciplinas jurídicas. História e evolução do direito administrativo no mundo e no Brasil. Princípios fundamentais do direito administrativo. Administração pública centralizada e descentralizada. Servidores Públicos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Atuação do estado no domínio econômico e intervenção na propriedade privada. Poderes hierárquicos, Regulamentares e de política. Responsabilidade civil do estado. Cont

Justificativa

O Estado exerce um papel determinante nas sociedades contemporâneas como formulador e executor de políticas públicas essenciais através da Administração Pública nas esferas local (Município), regional (Estados e Distrito Federal) e nacional (União). Sua organização, funcionamento e regulamentação devem, pois, ser abordados academicamente em um curso de Administração para a compreensão das suas relações jurídicas internas e externas, materializadas por um conjunto de princípios e normas, estruturados a partir da própria Constituição, que compõem o regime jurídico administrativo, caracterizado pela supremacia do interesse público sobre o privado e pela indisponibilidade dos interesses públicos.

Em face da conjuntura excepcional decorrente da pandemia causada pelo COVID-19, com a suspensão das atividades acadêmicas presenciais, o conteúdo da disciplina será ministrado com a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) aplicadas à Educação.

Objetivo Geral

Assegurar aos discentes uma formação científica a respeito dos fenômenos jurídicos que constituem a essência do direito administrativo, estimulando o desenvolvimento de um juízo crítico sobre o papel do Estado e da Administração Pública, tendo em conta os imperativos da cidadania.

Objetivos Específicos

- Identificar e caracterizar os institutos, formas e conceitos pertinentes ao direito administrativo.
- Reconhecer e analisar os princípios e normas constitucionais da Administração Pública.
- Estudar os influxos da legislação infraconstitucional e da jurisprudência no campo do direito administrativo, valorizando uma perspectiva direcionada à afirmação da ética e da cidadania na relação com o patrimônio público.

Conteúdo Programático

Tópico / Subtópico

UNIDADE I - Direito Administrativo

- 1.1. Elementos introdutórios
 - 1.1.1. Estado, Poderes e Funções
 - 1.1.2. Função Administrativa
 - 1.1.3. A Função Política ou de Governo
 - 1.1.4. Federação
- 1.2. O Direito Administrativo
 - 1.2.1. Conceito
 - 1.2.2. Breve Histórico
 - 1.2.3. Objeto
 - 1.2.4. Relações com outros ramos do Direito
 - 1.2.5. Fontes ou Formas de expressão
 - 1.2.6. Interpretação do Direito Administrativo

UNIDADE II - Princípios informativos do Direito Administrativo

- 2.1. O Regime Jurídico Administrativo
 - 2.1.1. Regime Jurídico da administração pública
 - 2.1.2. Conteúdo
- 2.2. Princípios do Direito Administrativo Brasileiro
 - 2.2.1. Expressos
 - 2.2.2. Reconhecidos

UNIDADE III - Administração Pública

- 3.1. Conceito
- 3.2. Classificação
- 3.3. Elementos
- 3.4. Centralização e descentralização administrativa
- 3.5. Organização administrativa brasileira
 - 3.5.1. Administração direta
 - 3.5.2. Administração indireta

UNIDADE IV - Poderes e deveres administrativos

- 4.1. Poderes-deveres ou deveres-poderes?
- 4.2. Uso e Abuso de Poder
 - 4.2.1. Uso Regular de Poder
 - 4.2.2. Abuso de Poder
- 4.3. Poderes Administrativos
 - 4.3.1. Conceito
 - 4.3.2. Vinculado (ou regrado)
 - 4.3.3. Discricionário
 - 4.3.4. Normativo
 - 4.3.5. Regulamentar
 - 4.3.6. Regulador
 - 4.3.7. Hierárquico
 - 4.3.8. Disciplinar
 - 4.3.9. De polícia
- 4.4. Deveres Administrativos
 - 4.4.1. Dever de Agir
 - 4.4.2. Dever de Eficiência
 - 4.4.3. Dever de Probidade
 - 4.4.4. Dever de Prestar Contas

UNIDADE V - Ato administrativo

- 5.1. Introdução
- 5.2. Conceito
- 5.3. Fato Administrativo
- 5.4. Atos da Administração
- 5.5. Silêncio Administrativo
- 5.6. Atributos (ou características)
- 5.7. Classificação
- 5.8. Formação e efeitos
- 5.9. Elementos do ato administrativo (ou requisitos)
- 5.10. Espécies de atos administrativos
- 5.11. Extinção dos atos administrativos

UNIDADE VI - Servidores públicos

- 6.1. Agentes Públicos
- 6.2. Cargo, emprego e função públicos

Tópico / Subtópico

- 6.3. Regime constitucional
- 6.4. Direitos e deveres
- 6.5. Sistema remuneratório
- 6.6. Regime previdenciário

UNIDADE VII - Licitação

- 7.1. Conceito
- 7.2. Competência para legislar
- 7.3. Sujeitos à licitação (extensão)
- 7.4. Princípios Específicos
- 7.5. Modalidades
- 7.6. Fases da Licitação
- 7.7. Dispensa e Inexigibilidade

UNIDADE VIII - Contratos administrativos

- 8.1. Contratos da Administração
 - 8.1.1. Contratos privados da Administração
 - 8.1.2. Contratos Administrativos
- 8.3. Sujeitos do Contrato
- 8.4. Cláusulas Exorbitantes ou de Privilégio da Administração
- 8.5 Cláusulas necessárias
- 8.6. Duração
- 8.7. Tipos de Contrato Administrativo
- 8.8. Convênio e consórcios

UNIDADE IX - Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico

- 10.1. Fundamentos
- 10.2. Modalidades
 - 10.2.1. Servidão administrativa
 - 10.2.2. Requisição e ocupação temporária
 - 10.2.3. Limitações administrativas
 - 10.2.4. Tombamento
 - 10.2.5. Desapropriação
- 10.3. Defesa da ordem econômica

UNIDADE X - Responsabilidade civil do Estado

- 11.1. Evolução histórica
- 11.2. Aplicação da responsabilidade objetiva
 - 11.2.1. Atos administrativos
 - 11.2.2. Atos legislativos
 - 11.2.3. Atos judiciais
- 11.3. Reparação do dano
- 11.4. Direito de regresso

UNIDADE XI - Controle da Administração Pública

- 12.1. Controle interno
 - 12.1.1. Órgãos específicos
 - 12.1.2. Processo administrativo
- 12.2. Controle externo
 - 12.2.1. Parlamentos
 - 12.2.2. Tribunais de Contas
 - 12.2.3. Poder Judiciário

Metodologia

A disciplina será ministrada por meio de instrumentos de mediação tecnológica, em atividades síncronas e assíncronas, disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), como aulas expositivas e dialogadas pelo “Google Meet”, conteúdo teórico sistematizado e disponibilizado por “PowerPoint”, materiais digitais (e-books, vídeos, livros, artigos, páginas de internet, com a devida verificação da fonte e dos direitos de autoria).

Avaliação

Serão realizadas duas avaliações durante o curso, na forma de verificação de aprendizagem acerca do conteúdo programático ministrado, com questões discursivas e de múltipla escolha.

Bibliografia

Básica

Referência	Existe na Biblioteca
BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 35ª ed. São Paulo: Malheiros, 2021.	✓
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual e direito administrativo. 35ª ed. São Paulo: Atlas, 2021.	✓

Complementar

Referência	Existe na Biblioteca
ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 30ª ed., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2021.	✓
DI PETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 34ª ed., São Paulo: Forense, 2021.	✓
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 13ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.	Não
MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 11ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.	✓
MEDUAR, Odete. Direito Administrativo moderno. 22ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2020.	✓
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 44ª ed., São Paulo: Malheiros, 2020.	✓

Informações Adicionais

Aprovação

Aprovado em reunião do Colegiado do Curso realizada em ___/___/____.

_____, ___/___/____.

Coordenador(a) do Curso